DOI: 10.5433/1984-3356.2021v14n27p151

A constituição das escolas públicas e subvencionadas na Província do Paraná[1]

The constitution of public and subsidized schools in the Province of Paraná

Vera Lucia Martiniak[2]

Resumo: O texto apresenta uma análise sobre a constituição das escolas públicas e particulares no Paraná a partir de novos parâmetros impostos pelo setor produtivo e o processo de imigração europeia. A periodização definida para o estudo abrange o ano de 1853, onde ocorreu a emancipação Paraná, até a proclamação da república em 1889. A educação na Província do Paraná encontrava-se em estado precário e como não priorizou o ensino público passou a apoiar as iniciativas particulares para a manutenção da instrução por meio de subvenções concedidas aos colégios confessionais ou particulares e sociedades filantrópicas. O desenvolvimento da pesquisa deu-se pela abordagem da pesquisa qualitativa, com utilização da pesquisa documental e, concomitantemente, do uso combinado das fontes primárias. A utilização das fontes documentais oficiais, como relatórios, pareceres, código de ensino e regulamentos, confirmam a centralidade do Estado. Por isso, pode-se afirmar que, ao longo da história da educação brasileira, o Estado tem sido o grande organizador da esfera educacional, o que justifica essa centralidade assim como o dualismo e o elitismo educacional.
Palavras-chave: Primeiras letras; ensino público e particular; imigração.

Abstract: The text presents an analysis of the constitution of public and private schools in Paraná based on new parameters imposed by the productive sector and the European immigration process. The period defined for the study covers the year 1853, when the emancipation of Paraná occurred, until the proclamation of the republic in 1889. Education in the Province of Paraná was in a precarious state and, as it did not prioritize public education, it started to support initiatives for the maintenance of instruction through grants awarded to confessional or private colleges and philanthropic societies. The development of the research took place through the qualitative research approach, using documentary research and, concomitantly, the combined use of primary sources. The

use of official documentary sources, such as reports, opinions, teaching codes and regulations, confirm the centrality of the State. Therefore, it can be said that, throughout the history of Brazilian education, the State has been the great organizer of the educational sphere, which justifies this centrality as well as dualism and educational elitism.
Keywords: First letters; public and private education; immigration.

Introdução

O estudo apresenta como fio condutor a vinda de imigrantes europeus para o Brasil e a consequente substituição da força de trabalho escravo pelo trabalho assalariado em meados do século XIX. Neste contexto, a oferta de ensino primário público era precária, deficiente e restrita a uma pequena parcela da população brasileira, ou seja, dos 1.200.000 indivíduos em idade escolar, apenas a décima parte recebia instrução (AZEVEDO, 1944). Assim, as famílias imigrantes que se fixavam nos núcleos coloniais estabelecidos pelo governo paranaense viam-se obrigadas a organizar o ensino para seus filhos, pois, o Estado não investia na construção de escolas primárias para atendimento da população brasileira.

A escolarização das crianças, filhas de imigrantes, se deu por meio das reivindicações das famílias pela construção e manutenção de escolas públicas, a fim de garantir a aprendizagem da língua nacional. Entretanto, quando o Estado não oferecia o ensino público os próprios imigrantes se organizavam para oferecer educação para seus filhos, tanto com subvenções do governo ou quanto com recursos próprios.

Diante deste contexto de precariedade e descaso com a instrução pública, os ideais propagados pelos dirigentes do estado defendiam a necessidade de instruir a população como meio de regenerá-la e assim, torná-la apta para participar do progresso do país. Para tanto, a instrução cumpriu um papel fundamental, ou seja, permitiu que o Império se colocasse ao lado das nações civilizadas. A instrução da população possibilitaria romper as trevas que caracterizavam o passado colonial; bem como possibilidade de estabelecer o primado da razão, superando a 'barbárie dos Sertões' e a 'desordem' das ruas; além da oportunidade de usufruir os benefícios do progresso (MATTOS, 1990).

A constituição de escolas primárias foi gradual e lenta nas províncias e as poucas que foram criadas funcionavam em estado precário, com falta de materiais escolares e estrutura condizente, não havia professores disponíveis para atuar neste nível e nem local adequado para funcionamento do prédio escolar. Muitas escolas funcionavam nas casas dos professores, em locais impróprios e inadequados, subvencionadas pela província. A organização da educação primária na Província do Paraná é debatida e reconhecida na historiografia regional a partir das obras de historiadores como Miguel (2006a, 2006b); Oliveira (1982, 1986, 1989) e Anjos (2018). Por outro lado, as lacunas históricas que versam sobre instituições escolares, práticas pedagógicas e cultura escolar

estão sendo preenchidas a partir dos estudos e pesquisas desenvolvidas em programas stricto sensu e socializados em eventos científicos e periódicos da área. Nesse quadro, as pesquisas relacionadas à instrução pública na Província do Paraná (1854-1889) têm se ampliado a partir de temáticas que emergem de grupos de pesquisas, dentre eles a discussão a respeito da escolarização e imigração no Paraná. Destacam-se nesse contexto as pesquisas de Vechia (1998) sobre o processo de imigração e educação no Paraná, sobre a escolarização de grupos étnicos específicos com diferentes enfoques teóricos, tais como Kubaski (2015); Maschio (2012); Negrão (2008); Renk (2004); Souza (2002, 2006), e que discutem a organização das colônias imigrantes e a eminente preocupação com o ensino. Estes estudos dialogam sobre a institucionalização escolar no Paraná provincial, entretanto, há que se considerar que a expansão do ensino público está ligada a demanda pela construção de escolas nas colônias estrangeiras (MARTINIAK, 2016).

Assim, esse texto pretende, a partir dessa constatação, analisar como se deu a constituição das escolas públicas e particulares no Paraná a partir de novos parâmetros impostos pelo setor produtivo e o processo de imigração europeia. A periodização definida para o estudo abrange o ano de 1853, onde ocorreu a emancipação do Paraná, até a proclamação da república, em 1889. A educação na Província do Paraná encontrava-se em estado precário pois, até então, por ser uma extensão da economia paulista, a relação com a comarca, devido à distância, era de descaso e negligência com as necessidades do interior. Apenas uma minoria da população frequentava os cursos de primeiras letras, o ensino secundário era praticamente inexistente e o pouco que havia em Curitiba atendia a demanda local e do interior da província. Embora a análise tenha como referência o período de 1853 a 1889 considera-se ainda, as legislações tais como o Ato Adicional de 1834 que responsabilizou a província pela oferta de escolarização da população. Considerando, a obrigatoriedade da oferta de escolarização e a situação precária da província do Paraná residem a busca pela compreensão de como se deu a constituição das escolas públicas e privadas nesse período.

Pode-se inferir que a educação no período imperial foi marcada por um caráter elitista e discriminador, pois o ensino ainda apresentava resquícios da época colonial, ou seja, não havia nenhum compromisso e interesse com a instrução da população. Como o governo provincial não priorizou o ensino público passou a apoiar as iniciativas particulares para a manutenção da instrução por meio de subvenções concedidas aos colégios confessionais ou

particulares e sociedades filantrópicas.

O desenvolvimento da pesquisa deu-se pela abordagem da pesquisa qualitativa, com utilização da pesquisa documental e, concomitantemente, do uso combinado das fontes primárias. Compreendendo a importância das fontes primárias foi mantida a fidedignidade da linguagem do período estudado. A utilização das fontes documentais oficiais, como relatórios, pareceres, código de ensino e regulamentos, confirma a centralidade do Estado. Por isso, pode-se afirmar que, ao longo da história da educação brasileira, o Estado tem sido o grande organizador da esfera educacional, o que justifica essa centralidade assim como o dualismo e o elitismo educacional.

Merece destaque o potencial contido nessas fontes, assim como a importância dos dados que se revelam para o pesquisador, os quais possibilitaram que informações anteriormente imersas viessem à tona, permitindo captar fragmentos da história da educação, bem como da história regional e nacional.

A consecução do estudo se deu em duas fases: a primeira destinou-se ao levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias a respeito do tema; a segunda foi direcionada para a construção e interpretação sobre o processo de expansão das escolas públicas e particulares no Paraná, no período de 1853 a 1889.

Inicialmente, o texto apresenta o contexto político e econômico do período para subsidiar a análise sobre a organização escolar da província do Paraná destacando a constituição das escolas públicas e particulares e, por fim, tece algumas considerações sobre o tema estudado.

A educação escolar na Província do Paraná

Depois da emancipação da Comarca de São Paulo a província contava com vinte distritos de instrução pública circunscritos às respectivas povoações: Curitiba, Votuverava, Castro, Jaguariaíva, Tibagi, Ponta Grossa, Guarapuava, Palmas, Rio Negro, Príncipe, Palmeira, Campo Largo, Iguaçu, São José dos Pinhais, Porto de Cima, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba, Paranaguá, Guaratuba (PARANÁ, 1854). No período inicial de organização administrativa a província paranaense contava com cerca de 62 mil habitantes, sendo que destes, 10.189[3] estavam na condição de escravos (PARANÁ, 1854).

No final do século XVIII e início do século XIX, Paranaguá e Curitiba eram as únicas localidades do atual Estado do Paraná (a emancipação da província de São Paulo foi conquistada em 1853) a possuírem ensino público de primeiras

letras. A situação educacional da província era extremamente difícil, pois, sofria com a ausência de professores e escolas e essa carência preocupava as autoridades locais, pois a população crescia e necessitava de uma educação formal. Existiam poucas instituições escolares, tanto no que se refere ao ensino de primeiras letras como ao ensino de nível secundário. Um outro aspecto que merece atenção diz respeito à infraestrutura desse ensino. Como as escolas não tinham prédios próprios para a realização das aulas, a solução encontrada foi mantê-las em casas alugadas pelo governo da província.

Antes mesmo do desmembramento da Província de São Paulo já existiam núcleos coloniais estabelecidos no Paraná. Conforme registros do Relatório do Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, (1854) estabeleceu-se em 1847, nas terras paranaenses, a colônia de imigrantes franceses fundada pelo médico Dr. João Mauricio Faivre. A Colônia Tereza[4], designada como forma de homenagear a Imperatriz Tereza Cristina localizava-se no interior da província, às margens do rio Ivaí, a 230 km de Curitiba e era subvencionada pelo estado. Em 1861 a colônia contava com 299 habitantes e possuía duas escolas para ambos os sexos com duas professoras nomeadas pelo governo da província.

Nesta colônia a escola funcionou nos primeiros anos após a sua fundação em caráter particular com professores designados pela comunidade e ofereceu aulas de primeiras letras (leitura, escrita e canto). Apesar dos colonos imigrantes manterem uma escola na colônia o diretor não hesitou em solicitar ao presidente da província a construção de escola pública em 1854:

> Havendo na colônia Teresa de que sou Diretor, um número de meninos (uns 20) já considerável para terem uma escola aonde vão adquirir a precisa instrução primária; sendo conhecida a necessidade (ilegível) o mais que seja possível essa instrução em toda a província e ali particularmente até como um meio de atrair a nascente povoação que procuro estabelecer à margem do Tibagi, maior número de famílias, eu não hesito em rogar a V. Exª que auxilie, no que puder, a criação de uma escola na referida colônia, que começou e tem até hoje sido protegida exclusivamente pelo Govº Geral. (MIGUEL, 2013, p. 37).

Após solicitação ao Presidente da Província em 1857 a escola passou a contar com a subvenção da província e ampliou seu atendimento para 30 alunos. Atendia também, 32 meninos nas aulas de primeiras letras, regida

pelo Francês Felix Antonio Condamine e cerca de 25 meninas, atendidas por Vitalina da Rosa, sem utensílios ou móveis para atender as necessidades dos alunos. No ano de 1861 a escola atendeu ainda 32 meninos, entretanto, há um crescimento quantitativo no atendimento feminino, a professora passou a atender 35 meninas.

Em 1852 instalou-se no segundo Distrito de Paranaguá, a Colônia Superagui, fundada por Carlos Perret Gentil, natural da Suíça. A colônia inicialmente foi formada por dez famílias suíças, cinco francesas e duas alemãs, num total de 64 pessoas. Já, em 1856 a colônia contava com 88 famílias e 403 pessoas e até aquele momento não havia uma escola para as crianças da região. Os imigrantes reivindicaram a construção de uma escola e de uma igreja, bem como a vinda de um professor e de um padre. "*É aqui ocasião de lembrar-vos uma das necessidades apontadas pelo diretor da colônia do Superaguy: reporto-me à criação de uma escola de instrução primaria ali*". (PARANÁ, 1861, p. 5). A partir de 1861 a escola passou a atender somente os meninos, sob a inspeção do Dr. Francisco Ferreira Correa.

Embora o discurso dos governantes paranaenses enfatizasse a centralidade e a importância da propagação do ensino, a precariedade e o descaso estiveram presentes na realidade educacional.

> *A instrucção primária he mais; he huma especie de baptismo com que o homem regenerado da crassa ignorância, em que nasce, effetua verdadeiramente sua entrada na associação civil e no gozo dos direitos, e vantagens, que lhe são inherentes* (PARANÁ, 1854, p. 17).

Entre o propagado nos discursos e relatórios oficiais e o efetivado no setor educacional havia um abismo muito grande na instrução primária da população. Em uma sociedade governada pelos interesses de uma oligarquia de grandes proprietários rurais "[...] os interesses do povo jamais foram atentamente considerados e seriamente defendidos" (COSTA, 1998, p. 336).

Em 1857 o ensino na província foi organizado[5] por meio do Regulamento da Instrução Pública[6], que estipulava a criação de escolas públicas e particulares. Esse regulamento teve como base a reforma de ensino Couto Ferraz, em 1854, que como os demais nortearam a instrução nas províncias. Do ponto de vista qualitativo vislumbra-se, com a reforma Couto Ferraz (1854), a possibilidade de organização do ensino público em um sistema nacional. "Esse aspecto associado à tarefa de coordenação atribuída ao inspetor geral dos estudos,

extensiva a todas as províncias do Império, permite-nos considerar que a ideia de um sistema nacional de ensino começa a delinear-se mais claramente a partir dessa Reforma" (SAVIANI, 2010, p, 131). Por este decreto estabeleceu-se a obrigatoriedade e gratuidade das escolas primárias para as crianças com idade maior que sete anos, entretanto, estavam impedidas de matricularem-se escravas e acometidas por algum tipo de problema de saúde como moléstias. Esta legislação excluiu do processo de escolarização as crianças negras, mesmo libertas e que estavam doentes, ou seja, grande parte da população pobre do país.

> *Art. 68 [...] A matrícula será gratuita, e deverá ser feita pelos professores em presença de uma guia anual do mesmo Delegado, que, depois de registrada, ficará arquivada até o ano seguinte.*
> *Art. 69. Não serão admitidos à matricula, nem poderão frequentar as escolas:*
> *1º os meninos que padecerem moléstias contagiosas.*
> *2º os que não tiverem sido vacinados.*
> *3º os escravos* (BRASIL, 1854, p. 59).

Neste ano a província contava com 12 escolas públicas, sendo quatro na capital (duas para cada sexo), uma do sexo masculino na Freguesia do Iguaçu, Votuverava, Palmeira e Rio Negro e uma para cada sexo em Campo Largo e Vila do Príncipe (PARANÁ, 1859). As escolas particulares, apesar de serem em número maior, não tinham representação frente às escolas públicas, muitas iniciaram e encerraram suas atividades devido à falta de qualificação dos professores e condições de funcionamento. Neste período havia 16 escolas particulares, sendo que somente três foram citadas no relatório do presidente da província: em Paranaguá, Castro e Curitiba. Entre escolas públicas e particulares havia 46 instituições que atendiam cerca de 1500 alunos nas mais diversas localidades (PARANÁ, 1859). A população paranaense estava predominantemente localizada na região litorânea. Por sua vez, estes municípios possuíam um número maior de escolas públicas e até em alguns, como o caso de Votuverava e Antonina, ultrapassavam este quantitativo, entretanto, a concentração maior de alunos e escolas localizava-se na capital.

Quadro 1 - Escolas Primárias existentes em 1856

Paróquias	Escolas Públicas	Nº de alunos	Escolas Particulares	Nº de alunos	Total de alunos
Curitiba	4	182	3	61	243
Iguassu	1	20	0	0	20
Votuverava	1	9	4	9	9
Palmeira	2	92	0	0	92
Campo Largo	2	69	1	12	81
São José dos Pinhais	2	16	1	20	36
Príncipe	3	114	1	18	132
Rio Negro	1	56	0	0	56
Castro	3	103	0	0	103
Tibagi	0	0	0	0	0
Jaguariaiva	0	0	0	0	0
Ponta Grossa	2	48	0	0	48
Guarapuava	2	51	2	24	75
Palmas	1	21	0	0	21
Paranaguá	5	271	3	58	329
Antonina	2	98	3	07	105
Morretes	3	83	1	14	97
Porto de Cima	1	21	1	12	33
Guaraquessaba	1	15	0	0	15
Guaratuba	2	55	0	0	55
Quantitativo de Escolas	**38**		**20**		**58**

Fonte: PARANÁ, 1856

Em 1860 o governo provincial anunciou a formação da Colônia do Assungui, formada por ingleses, franceses, italianos e alemães, dirigida por Joaquim Pinto de Queiroz Sarmento. Entretanto, a estrutura oferecida aos moradores não correspondia à propaganda divulgada na Europa, conforme relato de uma família inglesa:

> *Foram enviados para o Assungui onde deram-lhe um telheiro para habitação no qual mal podiam acomodar-se, foram alimentados com feijão e farinha, obtendo carne com intervalos de 2 a 3 semanas. Que nunca recebeu um real do Governo. Que deixou a colônia por conselho do Diretor que estava sem fundos, que não podiam dar trabalho, que não há médico na colônia, que ultimamente foi lhe oferecido um terreno nas matas que ele teria de limpar, conforme o Diretor Geral interino Alexandre Afonso de Carvalho*. (PARANÁ, 1873).

Somente no ano seguinte foi nomeado o professor Carlos Moericofer para "[...] *instruir nas noções das letras* [...]" (PARANÁ, 1861) os filhos dos colonos, mantendo-se durante um bom tempo na colônia. No relatório enviado ao Diretor de Instrução Pública comunica que em 1865 havia 27 alunos matriculados, sendo 22 nacionais e 5 alemães. Ainda, alerta para os problemas enfrentados para a instrução como o índice muito alto de faltas dos alunos, grandes distâncias entre a casa e a escola, a falta de roupas e enfermidades e por fim, a negligência dos pais. No ano seguinte, reiterou a necessidade de construir uma escola pública: "[...] será preciso uma casa própria para a escola, digna de uma aula pública, que seja soalhada, forrada e branqueada, (...) oferecendo os cômodos necessários para os alunos [...]" (MIGUEL, 2013, p. 201). Contudo, o número de alunos brasileiros que frequentavam a escola era muito maior que o dos imigrantes.

As escolas mantidas pelas colônias imigrantes eram tidas como "perigosas" para a administração pública, portanto, era necessário mantê-las sob a inspeção do estado, principalmente, aquelas que "[...] não tinha ingerência alguma o inspetor da instrução pública da província [...]" (MIGUEL, 2013, p. 347), como o caso da Colônia do Assungui. A justificativa dava-se pela eficácia do seu progresso e sucesso da colonização.

A escolarização das crianças, filhas de imigrantes, se deu por meio das reivindicações das famílias pela construção e manutenção de escolas públicas, a fim de garantir a aprendizagem da língua nacional.

> A falta de escola, no pensamento do imigrante, gerava o risco de que seus filhos ficassem desumanizados, ignorantes. [...]. Assim, a escola era representada como uma instituição que deveria ser preservada para a manutenção da cultura letrada. (MASCHIO, 2007, p. 170)

Entretanto, quando não era possível manter escolas públicas os próprios imigrantes se organizaram para oferecer educação para seus filhos. Em 1876, a colônia do Assungui possuía três escolas de instrução primária que atendeu 53 meninos e 41 meninas, sendo que duas foram mantidas pela Província do Paraná e uma mantida pelo Ministério da Agricultura.

Conforme o regulamento as escolas públicas deveriam ministrar ensino gratuito a todos, com exceção das casas de asilo, que atendiam os indigentes; e as segundas eram mantidas por particulares ou associações, sendo habilitadas e inspecionadas pelo governo. Na província entendia-se que as dificuldades da instrução pública eram decorrentes das grandes distâncias que os alunos necessitavam percorrer e problemas financeiros com que se deparavam as famílias. Para solucionar ambas as dificuldades, sugeriu-se a criação de asilos para educar a infância desvalida, obrigando-a, mais tarde, a dedicar-se ao magistério. A instrução pública primária seria ministrada em escolas de primeira e segunda ordem durante todo o ano, porém com diferenças no atendimento aos meninos e meninas:

> Art. 3º As escolas de primeira ordem compreendem:
> §1º Para o sexo masculino: leitura e caligrafia, gramática da língua nacional, religião – princípios de ordem moral cristã e doutrina, noções gerais de geometria, teoria e prática de aritmética até a regra de três, sistema de pesos e medidas do Império.
> §2º Para o sexo feminino: são as mesmas matérias com exclusão da gramática e limitado à aritmética, ao ensino das quatro operações de números inteiros completando o plano de ensino os trabalhos de agulha. (MIGUEL, 2000, p. 21)

O Regulamento também abordava a obrigatoriedade do ensino como uma das alternativas para a frequência escolar, mas discriminava socialmente uma parcela da população, proibidos de matricular-se nas escolas, condicionando a entrada dos alunos aos seguintes critérios:

> Art. 39 – As matrículas nas aulas são gratuitas e ficam excluídas delas:
> §1º Os meninos que sofrerem de moléstias contagiosas e mentais.

> §2º Os não vacinados.
> §3º Aos escravos.
> §4º Aos menores de 5 anos e maiores de 15;
> §5º Os que houverem sido expulsos competentemente. (MIGUEL, 2000, p. 25)

Essa exigência da legislação, de teor aristocrático, refletia os interesses e as necessidades da sociedade da época, uma sociedade baseada ainda no regime escravocrata, para quem a instrução representava apenas um meio para perpetuar a dominação. Assim, restrito a uma parcela da população considerada como cidadã, os demais libertos, ingênuos e escravos foram excluídos do processo educacional e relegados à marginalidade. A escolarização, erguida como bandeira e preocupação central dos governantes, destinava-se somente a uma parcela da população que possuía boas condições de saúde e bom comportamento social.

Para esta pequena população que frequentava as aulas foi estipulado que fosse cumprida a obrigatoriedade do ensino, conforme o Regulamento. Para viabilizar a frequência ficou determinado que o estado financiaria as crianças que precisassem de ajuda material, pois de outra forma elas não frequentariam a escola. Os meninos pobres receberiam papel, penas, tintas, livros e compêndios necessários para o ensino. Nas escolas públicas e particulares só seriam utilizados livros autorizados pelo inspetor geral. A fiscalização do ensino primário na província foi exercida por uma comissão formada por três membros: um nomeado pelo presidente da Província e dois pela Câmara Municipal. O papel exercido pelos inspetores de ensino ultrapassou a fiscalização do ensino e centrou-se em questões burocráticas e administrativas, inclusive nas solicitações de estrangeiros para criação de escolas particulares.

Apesar da tentativa de organização da instrução pública as dificuldades também esbarravam na falta de profissionais habilitados para assumirem o magistério. Para minimizar o problema o inspetor geral tinha autonomia para contratar professores estrangeiros para ocupar as cadeiras vagas por professores nacionais. Para tanto, os professores considerados estrangeiros deveriam atender os mesmos requisitos para contratação dos demais (PARANÁ, 1857). Os problemas educacionais aparentes para os inspetores escolares residiam também no funcionamento precário das escolas públicas, no atraso nos pagamentos dos professores e na falta de materiais escolares e mobiliários. Diante destas dificuldades as famílias que possuíam condições financeiras

matriculavam seus filhos nas escolas particulares, mantidas por professores estrangeiros, pois nestas, os alunos apresentavam melhor rendimento na aprendizagem que os demais. "[...] nesta cidade há uma escola particular de meninos regida por Manoel Antonio Coelho (...) apesar do dispêndio e pouca moralidade de mestre, preferem mandar seus filhos para essa escola porque os meninos adiantam-se muito mais que nas escolas públicas" (MIGUEL, 2013, p. 28). As escolas particulares estavam submetidas às mesmas regulamentações das escolas públicas, porém, somente poderiam ser criadas com a licença emitida pelo Inspetor Geral depois que o proprietário comprovasse capacidade profissional e comportamento civil e moral para abertura do estabelecimento de ensino (MIGUEL, 2000).

O número limitado de escolas públicas no estado favoreceu a criação e manutenção de escolas particulares, mantidas por comunidades étnicas, como o caso da Escola Alemã, a *Deutsche Schule*, criada em 1869, em Curitiba.

A escola foi fundada por um grupo da comunidade evangélica oriunda de estados alemães. Os alemães preferiam os países da América do Sul devido a maior proximidade, o que significava "[...] preços de passagem mais baixos, melhores condições econômicas, oportunidades mais amplas de ascensão social, condições climáticas mais ou menos semelhantes às europeias, liberdade de culto, maiores possibilidades de acesso à propriedade e organização política democrática" (COSTA, 1998, p. 120). O excedente populacional e a expansão industrial foram fatores que determinaram que a Alemanha recorresse a emigração. Os alemães dirigiram-se para a capital do estado e fundaram sua escola com o intuito de preservar a cultura e manter a unidade do grupo étnico.

> O empenho deste grupo em preservar seu idioma na escola provocava alguns protestos por parte das autoridades. Entretanto, a ausência de soluções para os problemas educacionais, visto que o ensino público brasileiro caracterizava-se pela precariedade e pelo número insuficiente de escolas; as dificuldades econômicas da Província; as constantes alterações nos regulamentos, que muitas vezes não se apresentavam bem elaborados, garantiam a liberdade de ensino tanto desta, como de outras escolas comunitárias. (SOUZA, 2002, p. 42)

As condições de trabalho dos professores aliada à falta de formação para o magistério foram questões cruciais para a perpetuação de uma instrução destinada a uma pequena parcela, que se manteve fiel à escola e ao professor,

além de não proporcionar a escolarização da sua população. Apesar de a escola ser considerada pelos governantes como instrumento para alcançar a civilidade e o progresso da nação pouca importância deu-se ao seu papel neste processo. Tanto que somente na década de 1870 foi criada a primeira Escola Normal para a formação de professores, em Curitiba.

A concretização do projeto se deu no dia 31 de julho de 1876, com a união do Instituto Paranaense e a Escola Normal. Contudo, o número de alunos matriculados na Escola Normal ainda era pequeno e a dificuldade financeira da província agravou a situação precária do ensino secundário. Os professores que lecionavam na Escola Normal também lecionavam no Ginásio Paranaense, sem aumento de vencimentos. Diante desse quadro de dificuldades, a escola normal paranaense, como as demais instituições do país, passou por períodos de ativação e desativação. A crise mais profunda se deu em relação às matrículas de alunos, pois eram poucos os candidatos à carreira docente.

Em 1871 um novo regulamento foi decretado, passando a tratar da instrução pública primária e do ensino particular. O Regulamento da Instrução Pública estabeleceu que o ensino seria gratuito, incluindo no programa a instrução religiosa, que visava às orações e ao catecismo, abrangendo o velho e o novo testamento. Nas escolas do sexo feminino, além das matérias de leitura, caligrafia, gramática, língua nacional e aritmética, seriam ensinados os diversos trabalhos de agulha.

A nova legislação trouxe mudanças significativas em relação ao regulamento anterior, principalmente na extinção da classificação de escolas primárias de primeira e de segunda ordem. Além disso, incluiu no currículo o ensino do sistema métrico; mantendo as matérias propostas pelo Regulamento de 1857. Contudo, manteve o método de ensino simultâneo; porém, permitiu a adoção de outro, desde que houvesse uma representação dos professores junto à Inspetoria do Ensino e obtivesse a aprovação do inspetor e do presidente da província (PARANÁ, 1871b).

Além dessas questões pontuais em relação à reforma no ensino paranaense o regulamento não considerou a realidade econômica e social da província. Manteve ainda o caráter discriminatório como condição para os alunos frequentarem a escola, proibindo que as crianças que não possuíam boas condições de saúde, escravos e os que foram expulsos fossem matriculadas nas escolas públicas. Além da discriminação a província possuía um território vasto e sem ocupação, pois a população concentrava-se na capital e seus arredores. Formada principalmente por agricultores, comerciantes e uma

incipiente indústria que se formava a escola não atendia os interesses da classe trabalhadora, pois como demonstra o relatório de 1871 houve um decréscimo nos anos de 1861 a 1870, conforme o quadro:

Quadro 2 - Relação de matrículas na instrução pública no Paraná

Ano	Nº DE ESCOLAS	ALUNOS MATRICULADOS
1861	39	1583
1862	37	1455
1863	38	1601
1864	41	1605
1865	46	1532
1866	47	1642
1867	41	1429
1868	49	1671
1869	46	1690
1870	50	1393

Fonte: PARANÁ, 1871a

A justificativa para redução no número de matrículas explicava-se "[...] *pela falta de aptidão de quase todos os professores da provincia*" (PARANÁ, 1871a, p. 11). O estado precário e lastimável do ensino público foi atribuído ao professor, que não possuía formação adequada, culpabilizando-o pela situação.

Pautado no discurso de progresso da nação pela ampliação e propagação do ensino primário o presidente da província permitiu que o ensino particular fosse livre. Entretanto, os funcionários ficavam sujeitos à inspeção com fins de comparar os resultados com os do ensino público. Isto demonstrou a falta de recursos e interesse do governo provincial em investir na instrução pública e o consequente estímulo à liberdade de ensino privado. O presidente da província Frederico José Abranches expressou a importância da criação de escolas ao afirmar que: "*Criar escolas é traçar os caminhos do progresso; é levantar altares*

à justiça, à moralidade e ao trabalho, à todas as grandes virtudes que nobilitam o homem" (PARANÁ, 1874, p. 23). Entretanto, para criar e manter uma escola pública exige investimentos financeiros para sua manutenção e conservação e que certamente, não se produziram os resultados esperados pelos governantes.

Em 1874 foi sancionado um novo regulamento para a Instrução Pública Primária e Secundária. Apesar das tentativas para melhoria do ensino público, houve poucas mudanças em relação ao regulamento anterior. Com o novo regulamento os professores passaram a ser classificados e, consequentemente as escolas, em quatro categorias: a) de cidade; b) de vila; c) de freguesia; d) de bairros, havendo inclusive, havendo diferenciação no pagamento dos salários (PARANA, 1874).

Quanto ao ensino particular mantiveram-se as mesmas regulamentações anteriores, entretanto, enfatizaram que o professor deveria seguir os princípios da religião católica nas escolas privadas. Este fato deve-se a muitos estrangeiros que solicitavam a abertura de escolas particulares e não professavam a mesma religião oficial do estado, ou seja, a católica. Foi desta forma que o estado manteve a propagação de escolas particulares e também o incentivo a imigração europeia.

> País escravocrata, onde a religião católica pela Constituição era declarada religião de Estado, com uma economia subdesenvolvida, tipicamente rural, apoiada na agricultura de tipo tropical, em que prevalecia a propriedade latifundiária, falta de vias de comunicação e meios de transporte, o Império brasileiro revelava-se ao emigrante um país de escassas possibilidades (COSTA, 1999, p. 197).

A educação pensada como solução e estratégia para alcançar o progresso e civilidade da sua população sofreu com inúmeras tentativas para adequar aos interesses ideológicos de seus governantes. Com resultados pouco expressivos na escolarização da população, várias tentativas foram elaboradas para adequar aos interesses e assim, em 1876 foi apresentado o Regulamento Orgânico da Instrução Pública.

Este regulamento, com 182 artigos, se apresentou como uma legislação mais completa, porém, com poucos avanços qualitativos para a instrução pública paranaense. Manteve ainda, a proibição de matrícula para os alunos que sofriam de moléstias contagiosas, aos escravos, aos menores de cinco anos e maiores de dezesseis e aqueles que foram expulsos segundo a lei. Os alunos

que se enquadravam nestes critérios ficavam impedidos de matricular-se nas escolas públicas.

Em se tratando da subvenção das escolas subvencionadas o regulamento previa o auxílio para aquelas instituições criadas nos povoados em que não havia número suficiente de crianças que justificasse a abertura de uma escola pública.

Com o intuito de incentivar a abertura de escolas particulares manteve-se a liberdade de ensino, ficando apenas sob fiscalização "[...] no que diz respeito à moral e à hygiene" (PARANÁ, 1876a, p. 51) do estabelecimento.

A partir de 1875 a Província do Paraná recebeu um número significativo de imigrantes italianos, vindos por meio de um contrato firmado entre Venâncio José Lisboa e o empresário Sabino Tripoti, que inicialmente, foram instalados no litoral paranaense, na Colônia Alexandra e posteriormente na Colônia Nova Itália, em 1877.

Após inúmeros esforços empreendidos pelos italianos para criação da escola de primeiras letras o presidente da província criou uma escola promíscua, no dia 22 de julho de 1882, na Colônia Alfredo Chaves (MASCHIO, 2005).

Apesar de a colônia ter uma boa estrutura administrativa e econômica não possuía escola, igreja, enfermaria e nem estrada central para comunicar-se com o porto de embarque (PARANÁ, 1876b). Logo após sua instalação, Sabino Tripodi, declarou ao presidente da província que não possuía meios para manter os imigrantes que havia trazido e estes acabaram sofrendo as consequências da falta de planejamento e interesse dos agentes da imigração. Com a situação da colônia Alexandra lastimável, o governo decidiu remover os imigrantes italianos para a região de Morretes e, ainda, instalar novos imigrantes que continuavam a chegar na região.

Em muitas colônias, diante da precariedade e da falta de professores habilitados, os próprios colonos se organizaram e assumiram essa função. Em virtude da demora de atendimento os colonos providenciaram a construção da igreja, do cemitério e, posteriormente, da escola (MASCHIO, 2007). Após os esforços dos imigrantes italianos para reivindicar a construção de uma escola na colônia, a primeira escola pública de primeiras letras foi criada em 1882, sendo nomeado o professor Antonio José de Souza Guimarães.

As escolas públicas de ensino primário não eram suficientes para atender ao número de crianças em idade escolar e os conteúdos ministrados estavam inadequados com as necessidades sociais, pois se reduziam aos ensinamentos básicos de ler, escrever, contar e instruir moral e religiosamente. O currículo

ministrado nas escolas públicas não atendeu às necessidades e interesses da camada média da população, constituída por negociantes, fabricantes, lavradores, empregados públicos e artistas que frequentavam as escolas (OLIVEIRA, 1982).

A educação primária, destinada mais à preparação de uma elite do que à alfabetização do povo, desenvolveu-se no regime imperial marcada fortemente pelas "[...] tradições intelectuais do país, pelo regime de economia patriarcal e pelo ideal correspondente de homem e de cidadão" (AZEVEDO, 1944, p. 334). O modo de produção no Brasil-colônia foi fundamentado na exploração e produção de gêneros tropicais[7] para exportação e, o processo baseava-se no envio dos produtos para a metrópole, para distribuição e comercialização. O colono e o escravo em nenhum momento desenvolveram uma estrutura interna capaz de mobilizar e acumular capitais. Portanto, a colônia esteve à margem do surgimento do sistema capitalista, participando como coadjuvante na formação dessa nova economia. A colônia apenas forneceu os produtos e não compartilhou dos aspectos sociais e econômicos do sistema capitalista. A economia colonial pode ser definida como:

> [...] altamente especializada e complementar à economia metropolitana. Esta complementaridade se traduz num determinado padrão de comércio: exportam-se produtos coloniais e se importam produtos manufaturados e, no caso de economias fundadas na escravidão negra, escravos. Por outro lado, a articulação economia metropolitana-economia colonial a isto não se resume, porque este padrão de comércio se efetiva através do monopólio de comércio exercido pela burguesia comercial metropolitana (MELLO, 1998, p. 39).

Durante o Império predominou a economia baseada na agricultura e no trabalho escravo, porém, essa situação alterou-se a partir da segunda metade do século XI. O processo de abolição, que se deu de forma progressiva, por meio de vários mecanismos e leis, como a proibição do tráfego negreiro, a Lei do Ventre Livre e, finalmente, a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, foi o golpe decisivo para a proclamação da República.

A situação do ensino paranaense no período imperial caracterizou-se pela existência de escolas isoladas que apresentavam funcionamento precário, baixo número de alunos matriculados e falta de professores qualificados. Havia em toda a província do Paraná, no ano de 1882, apenas 133 escolas públicas;

dessas somente 91 funcionavam com cerca de 20 alunos. (PARANÁ, 1882).

Além dos imigrantes italianos na província destaca-se a presença dos poloneses que se organizaram nas primeiras colônias nos arredores da capital. Assim que chegaram ao Paraná os poloneses solicitaram ao governo a autorização para funcionamento de uma escola para atendimento de seus filhos. A primeira escola foi criada em 1876 na colônia Órleans, em Curitiba e dirigida pelo pedagogo polonês Jerônimo Durski. Durski chegou ao Brasil em 1851 e estabeleceu-se, primeiramente, em Santa Catarina, na colônia D. Francisca e mais tarde mudou-se para Lapa, no Paraná.

Em 1891, Jerônimo Durski, organizou uma cartilha para ser utilizada nas escolas polonesas, o "Manual para as Escolas polonesas no Brasil". O manual se constituía em uma obra bilíngue, tanto português quanto polonês, e apresentava noções elementares da língua portuguesa, tanto para crianças como para adultos. A primeira parte da obra era uma cartilha de alfabetização em polonês e na segunda iniciava-se o processo de alfabetização em português, principalmente com palavras e expressões mais usuais. Além disso, também foram incluídos conteúdos para as aulas de catecismo, conhecimentos relacionados ao sistema de medidas e monetário e caligrafia (MISSÃO...,1971).

As condições de funcionamento das escolas, tanto públicas quanto particulares, esbarravam nos mesmos problemas, dentre eles a falta de professores para ensinar, por isso tornava-se difícil enviar um professor brasileiro para as escolas polonesas, pois as crianças polonesas não sabiam a língua nacional. A falta de condições materiais e humanas por parte do governo possibilitou que em muitas colônias de imigrantes fossem nomeadas pessoas que atendessem as necessidades do grupo étnico.

Apesar das inúmeras medidas legais para fomentar a inspeção escolar no Paraná ainda persistiam diversos problemas para a manutenção das escolas públicas. A legislação permitia a existência das escolas particulares subsidiadas pelo governo e as escolas públicas mantidas em prédios alugados e professores particulares ou subvencionados. Diante deste quadro precário do ensino na província não houve investimentos significativos para a expansão de uma rede escolar eminentemente pública.

A partir da proclamação da República a legislação educacional paranaense passou a enfatizar a necessidade do ensino da língua nacional nas escolas estrangeiras. Para os governantes, a língua nacional foi um critério importante como instrumento formador da nação brasileira. Assim, para a formação da nação, foi imprescindível que as escolas de imigrantes ensinassem a língua

pátria e enfatizassem o ensino do Hino Nacional e da Bandeira Nacional, como também a história e a geografia do país.

> Com a difusão lenta da escola pública, estadual e municipal, iniciou-se a competição com a escola paroquial ou comunal dos teutos-brasileiros. À primeira vista poderia parecer que a última, por corresponder a uma experiência quase secular dos colonos, dificilmente pudesse ser desalojada pela escola pública que era recebida com reserva ou desconfiança pelos teutos conservadores (WILLEMS, 1980, p. 289).

Isso demonstra que a preocupação da escola pública – instrumento de transmissão dos ideais liberais – com a nacionalização dos imigrantes, desencadeou neles sentimentos de desconfiança, rejeição e, mesmo, de resistência em relação a essa escola. Em outra perspectiva, os estudos de Kreutz (2000) afirmam que a ênfase na formação da nacionalidade tem relação com a tendência de afirmação da unidade, estabelecendo um espaço hierarquizado em que se definiu o que seria entendido como verdadeiramente nacional e o que seria excluído dessa compreensão.

> O Governo apoiava as Instituições particulares nos núcleos de imigrantes, surgem escolas subvencionadas particulares, abertas com iniciativa da comunidade. A condição imposta pelo Governo é de falar e escrever em português. As escolas polacas e alemãs achavam-se instaladas em prédios próprios, bem equipadas, bem diferente das públicas as quais não estavam sendo elogiadas, gerando com isso desigualdade entre as escolas públicas e particulares (WACHOWICZ, 1984, p. 67-68).

Buscou-se um pretenso coletivo para operar uma universalização no conceito de povo e de nação em detrimento das especificidades e diferenciações culturais. O nacionalismo desencadeou um movimento de afirmação de uma unidade simbólica, necessária pela modernização econômica. Apoiava-se na expansão de um sistema escolar igualitário, com a função de difundir uma cultura uniforme. Inventava culturas amplamente desprovidas de toda base étnica, com a finalidade de unificar o imaginário das nações. (KREUTZ, 2000, p. 351)

E nesse processo de configuração de uma identidade nacional, a escola foi chamada a desenvolver nos alunos, principalmente naqueles de origem europeia, a ideia de que os conhecimentos tratados numa perspectiva generalizante

são superiores aos saberes particulares. A escola “[...] deveria ser ativada em perspectiva monocultural, tratando as diferenciações culturais como algo a ser superado” (KREUTZ, 2000, p. 352).

A partir da década de 1920 intensificou-se a fiscalização nas escolas estrangeiras por parte do governo. No Relatório de 1921 o diretor da Instrução Pública relatou o fechamento das escolas estrangeiras, cujo funcionamento condicionou a aprovação nos exames de professores efetivos.

> *Nas colônias extrangeiras e villas, onde a inspecção official determinou o fechamento de escolas, por ser a nossa lingua de todo desconhecida, quer dos professores, quer dos alumnos, apezar destes terem nascido aqui, começa agora a reflectir-se a nova acção , apparecendo de tempos em tempos um requerimento, no qual se pede autorisação para a reabertura de escolas. Nos exames de Dezembro para professores effectivos, houve alguns candidatos, de nacionalidade polaca, que foram approvados com excellentes notas e que por isso tiveram ordem de poder abrir suas escolas, sob a condição de todo o ensino ser ministrado em portuguez e figurar no programma a Historia e a Geographia pátrias.* (PARANÁ, 1921, p. 68).

No Código de Ensino de 1917, no Título V, nas disposições que tratam das escolas particulares preconizou o ensino da língua nacional obrigatório em todas as escolas primárias ou secundárias. No que diz respeito ao programa, os professores deveriam ensinar a Língua Nacional, Geografia e Corografia do Brasil e História do Brasil, dando ênfase às ideias de nação. A fiscalização das escolas estrangeiras ficou a cargo da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, dos delegados e inspetores de ensino designados pelo secretário que deveriam fiscalizar as escolas estrangeiras e garantir o ensino da língua portuguesa.

Pode-se afirmar que essa política de nacionalização das escolas estrangeiras surtiu o efeito que o governo planejou. Muitas escolas estrangeiras foram fechadas, principalmente as de origem alemã, agravando-se essa situação com o início da primeira guerra mundial. Entretanto, as escolas que continuaram funcionando conseguiram manter viva a cultura do seu país de origem.

A partir das diretrizes legais estabelecidas pelo Código de Ensino (1917), quanto à questão da nacionalização das escolas estrangeiras, buscou-se apontar algumas determinações sobre o seu funcionamento e a intencionalidade do governo para a construção de um sentimento patriótico que negasse qualquer

possibilidade de distúrbio que pudesse perturbar a consolidação do novo regime.

Considerações

A imigração europeia ocorreu devido a expropriação dos meios de produção dos trabalhadores ocorrida na Europa e o consequente descontentamento da população que ocasionou a saída de grande parte da população para outras regiões do continente e do ultramar. Contudo, muitos imigrantes foram iludidos e enganados com falsas promessas e propagandas que prometiam terras férteis, acesso à condições e bens materiais. Ao chegarem nas terras brasileiras não lhes restava outra alternativa que não fosse a venda de sua força de trabalho. Muitos precisaram submeter-se aos contratos de parceria com latifundiários que causaram endividamento ou ainda, aceitar o trabalho assalariado nos centros urbanos.

Assim que se estabeleceram os imigrantes procuraram inserir-se na sociedade, como meio primordial para sua existência e manutenção nas novas terras. Por meio da sua inserção, poderiam manter contato com a população e assim comprar e vender seus produtos, porém seria necessário aprender a língua portuguesa para facilitar os contratos e acordos. Entretanto, logo perceberam que o ensino era deficiente, precário e sequer atendia à maioria das crianças brasileiras em idade escolar. Os imigrantes, como em sua terra de origem, consideravam que as autoridades deveriam prover a população com a construção de escolas públicas nos núcleos coloniais. Com o quadro educacional paranaense desanimador, eles criaram as suas próprias escolas, responsabilizando-se pela instalação e manutenção, tanto do professor quanto da estrutura escolar. Cabe destacar ainda, que as escolas criadas pelos imigrantes atendiam também a população brasileira que residia próxima das colônias.

Ao final do governo imperial era possível quantificar as poucas escolas existentes que atendiam a população brasileira. O quadro geral contava com alguns liceus nas capitais, colégios privados instalados nas principais cidades e escolas normais em quantidade insatisfatórias para a formação do magistério. É perceptível o caráter elitista e discriminatório na educação brasileira, o ensino trazia resquícios da época de sua implantação, ou seja, era voltado para o atendimento da elite, sem nenhum compromisso com as classes populares, principalmente filhos de escravos e imigrantes.

A análise empreendida nos relatórios de governo demonstrou a necessidade

e o interesse para a difusão da instrução pública no Paraná. Entretanto, a disseminação e a organização do ensino não obtiveram êxito, pois esbarraram na falta de investimentos e recursos financeiros necessários para ampliação do atendimento escolar. Para os governantes paranaenses todos os esforços estavam sendo empreendidos em prol da educação paranaense, contudo não lograram êxito devido aos seguintes motivos: falta de professores habilitados pela Escola Normal; desconhecimento das vantagens inerentes da educação por parte dos pais e a consequente ausência dos alunos e, dentre outras, a ineficaz fiscalização nas regiões distantes do centro urbano.

Os esforços proclamados e envidados em prol da educação não justificavam os resultados alcançados pelo governo. Segundo o relatório de 1876 havia um indivíduo matriculado na escola para cada quatro habitantes, sendo que havia 96 estabelecimentos de ensino primário na província, com 3.183 alunos matriculados e apenas 2.267 frequentando as aulas.

A análise centrou-se na imigração devido a região paranaense ser constituída por diversos imigrantes que fundaram colônias e que mais tarde deram origem as cidades. Desta forma, há um predomínio muito grande de etnias que demonstraram diversas formas de organização social e também educacional. Em relação à educação das crianças imigrantes registra-se uma iniciativa singular de criação de escolas comunitárias de imigrantes, principalmente alemães, italianos, poloneses e japoneses que se estabeleceram em áreas rurais formando núcleos populacionais com características e estruturas marcantemente étnico-culturais. As escolas por eles criadas eram comunitárias e tinham uma conotação fortemente étnica e confessional cristã.

As escolas para imigrantes desempenharam um importante papel na aquisição das primeiras letras, pois, concebiam a instituição escolar como um lugar de civilização do homem, preservação e valorização da cultura estrangeira.

A análise empreendida nas fontes primárias permite afirmar que a expansão do ensino público no Paraná está ligada a demanda pela construção de escolas nas colônias estrangeiras.

A partir de um quadro educacional bem modesto e precário, nas diversas tentativas de organização da instrução pública na Província do Paraná, o ensino paranaense esbarrou em diversas dificuldades. A falta de escolas e de profissionais para seu provimento, os baixos índices de escolarização, os escassos investimentos governamentais no ensino refletiram-se em uma escola elitista, a qual cumpria um papel social de reproduzir a realidade, mantendo a discriminação social e a dominação.

Referências

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; BAROBSA, Etienne Baldez Louzada. Memória, História e Ressentimentos na Instrução Pública Primária na Província do Paraná (Brasil, 1853-1889)1. *Educação*, Santa Maria, ano 2018, v. 43, n. 4, p. 791-806, 2018. DOI doi:https://doi.org/10.5902/1984644433177. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/33177/pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1944.

BRASIL. Decreto n.1331 A de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1854, v. 1, pt I, p. 45, 17 fev. 1854.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. Momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. *In*: VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KUBASKI, Luciana. *Imigração e educação dos poloneses em Ponta Grossa, PR*. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

MARTINIAK, Vera Lucia. *Trabalho, educação e imigração*: constituição das escolas étnicas na província do Paraná. 2016. 73 f. Pós-Doutorado (Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Relatório.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. *A constituição do processo de escolarização primária no município de Colombo (1882-1912)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Educação, mutualismo e nacionalização: aspectos de uma escola étnica italiana no Paraná (1905-1918). *Roteiro*, Joaçaba, v. 32, n. 2, p. 167-182, jul./dez. 2007.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. *A escolarização dos imigrantes e de seus*

descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de italianità e brasilitá (1875-1930). 2012. 340 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/D12_Elaine%20C%C3%A1tia%20Falcade%20Maschio.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*: a formação do Estado imperial. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. *Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889*. Campinas: Autores Associados, 2000.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A história da escola primária no Paraná: entre as intenções legais e as necessidades reais. *In*: SCHELBAUER, A. *et al*. (org.). *Educação em debate*: perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2006a. p. 187-210.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A organização da escola primária pública do Paraná: período provincial. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 22, p. 39-53, jun. 2006b.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. *Relatórios e ofícios da Instrução Pública do Paraná provincial (1854 a 1869)*. Vitória: Virtual Livros, 2013.

MISSÃO dos padres missionários poloneses no Brasil. *In*: COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA, 1971, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Superintendência ao Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, 1971. v. V, p. 88-98.

Disponível em: http://www.pbc.uw.edu.pl/11657/1/Anais_1971_5.pdf

NEGRÃO, Régis Ferreira. *Imigração alemã e educação católica na Curitiba de finais do século XIX e início do século XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) -: Universidade São Francisco, Itaituba, 2008.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. *O ensino primário na província do Paraná, 1853-1889*. 1982. (Dissertação em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1982.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. *O ensino primário na Província do Paraná, 1853-1889*. Curitiba: SECE/BPPR, 1986.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. As escolas primárias no Paraná: estudo

retrospectivo de 1827 a 1928. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 8, p. 43-58, ja./dez. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601989000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2020.

PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná pelo Vice-Presidente em Exercício Henrique de Beaurepaire Rohan* – 1856. Curitiba: Tipografia Paranaense de C. Martins Lopes, 1856.

PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. *Ofícios 08/05/1873*. Curitiba: DEAP, 1873. v. 11, ap. 409.

PARANÁ. Lei n. 190 de abril de 1871. *Regulamenta a Instrução Pública da Província do Paraná*. Leis e Regulamentos da Província do Paraná: Typ. Commercial de J. F. Pinheiro, 1871a.

PARANÁ. *Regulamento de 08 de abril de 1857*. Regulamento de Ordem Geral para as Escolas da Instrução Primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primário e secundário. Curityba: [*s. n.*], 1857.

PARANÁ. *Regulamento de 16 de julho de 1876.* Aprova o regulamento orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná. Leis, decretos e regulamentos da Província do Paraná. Curityba: [*s. n.*], 1876a. v. 23.

PARANÁ. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da província, doutor Adolpho Lamenha Lins*. Província do Paraná. Curityba: Typ. da Viúva Lopes, 1876b.

PARANÁ. *Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado pelo Professor Cesar Prieto Martinez, Inspetor Geral do Ensino*. Curitiba: Tip. Da Penitenciária do Estado, 1921.

PARANÁ. *Relatório apresentando ao Presidente da Província do Paraná*: Venâncio José de Oliveira Lisboa, pelo Inspetor Geral da Instrução Pública Bento Fernandes Barros. Curityba: Typ. de Candido Martins, 1871b.

PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná*: Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira, na Assembléa Provincial em 19 de abril de 1861. Curitiba: Typographia do Correio Official, 1861

PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná*: Conselheiro Zacarias de

Góes e Vasconcellos na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.

PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná*: Francisco Liberato de Mattos na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859.

PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província*. Dr. Carlos Augusto de Carvalho na abertura da 1ª Sessão da 15ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Paraná, em primeiro de outubro de 1882. Curityba: Typ. Perseverança, 1882.

PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província*: Frederico Jose Cardoso de Araujo Abranches, na abertura da 1ª Sessão da 11ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Paraná, em 15/02/1874. Curityba: Typ. da viúva Lopes, 1874.

RENK, Valquiria Elita. *A educação dos imigrantes alemães católicos de Curitiba*: 1896-1938. O estudo de caso do Colégio Bom Jesus. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Autores Associados, 2010.

SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng de. *A estrada do poente*: escola Alemã/ Colégio Progresso (Curitiba 1930-1942). 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

SOUZA, Regina Maria Shimmelpfeng de. *Deutsche schule, a escola alemã de Curitiba*: um olhar histórico (1884-1917). 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

VECHIA, Ariclê. *Imigração e educação em Curitiba - 1853-1889*. 339 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

WACHOWICZ, Lilian. *Relação professor x estado no Paraná tradicional*. Curitiba: Cortez, 1984.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

Notas

[1]Pesquisa financiada com recursos do CNPq.

[2]Professora do Departamento de Educação, do Setor de Ciências Humanas, Letras e

Artes. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da linha de História e Políticas Educacionais. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

[3]Na metade do século XVIII a força de trabalho escravo concentrava-se nas zonas cafeeiras e de mineração, sendo que em muitos municípios superava a população livre (COSTA, 1998).

[4]Atual cidade de Cândido de Abreu.

[5]Cabe salientar que esta não foi a primeira legislação organizada na recém criada província. No ano de 1854 a inspeção escolar foi reorganizada por meio da lei nº 17, de 14/09/1854, criando os cargos de inspetor geral e inspetores de distrito.

[6]Este documento recebeu a seguinte denominação "Regulamento de Ordem Geral para as Escolas da Instrução Primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primário e secundário", entretanto, optou-se, neste texto, em designá-lo como Regulamento da Instrução Pública.

[7]O setor exportador produzia, em larga escala, produtos coloniais, tais como: açúcar, tabaco, metais preciosos, madeiras etc.

Recebido em 12/04/2020 - Aprovado em 25/03/2021